



## **ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2016, apresentadas pelo Candidato Jorge Manuel Pais Seara Rodrigues Sequeira**

**PA-9/PR/16/2019**

setembro/2019



## **Índice**

Índice .....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria .....	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo. ....	4
2.1. Despesas eleitorais pagas por terceiros. Donativos indiretos (Ponto 3. da Secção C. do Relatório da ECFP) .....	4
2.2. Donativos depositados em data posterior ao prazo legal (Ponto 4. da Secção C. do Relatório da ECFP) .....	5
2.3. Eventual donativo em espécie de pessoa coletiva (Ponto 5 da Secção C do Relatório da ECFP) .....	6
3. Decisão .....	8



### Lista de siglas e abreviaturas

PR	Presidente da República
Candidato	Jorge Manuel Pais Seara Rodrigues Sequeira
Candidatura	Candidato e Mandatário Financeiro
CPA	Código do Procedimento Administrativo
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
L 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO 1/2018	Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril
LO 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro



## **1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria**

A ECFP concluiu a elaboração, a 23.02.2017, do Relatório previsto no art.º 41.º, n.º 1, da LO 2/2005, relativo às contas da campanha eleitoral para a eleição para PR realizadas em 24 de janeiro de 2016, apresentadas pela Candidatura de Jorge Manuel Pais Seara Rodrigues Sequeira. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Foi elaborado Parecer, pela ECFP, a 12/07/2017, ao abrigo do regime então em vigor, tendo o mesmo sido remetido ao TC em 26.07.2017, onde foi autuado o Processo nº 740/2017.

A 30.10.2018, foi remetido pelo TC o Processo n.º 740/2017, relativo aos autos de apreciação das contas de campanha às eleições para a eleição para PR realizadas a 24.01.2016, no âmbito do qual foi proferido despacho, em 26.10.2018, no qual o TC decidiu remeter o processo à ECFP, de acordo com o disposto nos artigos 7.º da LO 1/2018; 27.º e 33.º, n.º 1, da L 19/2003 (na redação conferida pela LO 1/2018); 9.º, n.º 1, alínea d), 43.º, 44.º e 46.º, n.º 1, da LO 2/2005, de 10 de janeiro (igualmente na redação conferida pela mesma Lei Orgânica).

Feito este introito, verifica-se que, atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final do mesmo, nos termos do art.º 43.º do mesmo diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018, ou seja, apreciando as irregularidades imputadas, excluídas naturalmente as situações descritas na secção B do Parecer da ECFP, as quais, por não terem materialidade subjacente ou não serem imputáveis ao Candidato, foram já liminarmente afastadas em sede de Parecer.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato detalhado na Secção B. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência à Secção C. do mesmo Relatório.



2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Despesas eleitorais pagas por terceiros. Donativos indiretos (Ponto 3. da Secção C. do Relatório da ECFP)

Foram identificadas quatro despesas, no montante total de 261,40 Eur., que foram pagas em numerário e não através da conta bancária de campanha, ainda que por recurso a fundo de maneiio. As despesas são as seguintes:

Doc. Interno	Fornecedor	Descrição	Valor (Eur.)
5	IPUM – Associação Percussão Univ. do Minho	Bombos arruada em Braga	150,00
6	ACB – Associação Comercial de Braga	Aluguer de Sala para Comício	20,00
7	Município de Espinho	Aluguer de Sala para Comício	50,80
9	Público – Comunicação Social, SA	Anúncio Mandatário Financeiro	40,60
			<b>261,40</b>

A ECFP entende que se trata de despesas eleitorais pagas por terceiros, o que, independentemente do seu reembolso, configura donativos indiretos.

A **Candidatura**, na sua resposta, em sede de auditoria, informou que:

*“...o valor de 40,60 foi para liquidar o anúncio do mandatário financeiro da campanha, ainda a conta bancária não estava constituída. Os valores de despesas que totalizam 220,80€ foram utilizados diretamente através do Fundo de Maneio.”*

Segundo os auditores externos, a Candidatura não constituiu o fundo de maneiio de acordo com as regras contabilísticas (deveria ter depositado na conta bancária da campanha, por cheque ou



transferência bancária, o montante de 220,80 Eur. e posteriormente transferir o referido valor para caixa, o que não sucedeu).

***Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:***

***3. Despesas Eleitorais Pagas por Terceiros. Donativos Indiretos.***

*R: O valor de 40,60€ foi para liquidar o anúncio do mandatário financeiro da campanha, uma vez que ainda a conta bancária não estava constituída. Entendeu-se ainda que sendo da responsabilidade do mandatário financeiro, este não é considerado uma “pessoa terceira” à campanha.*

*Os valores de despesas que totalizam 220,80€ foram utilizados, como referido, através do Fundo de Maneio criado.*

***Apreciação do alegado pela Candidatura:***

A Candidatura, na sua resposta, confirmou que o mandatário financeiro suportou, ele próprio, o pagamento da despesa – anúncio do mandatário financeiro da campanha - no total de 40,60 Eur.. Assim sendo, estamos perante um donativo indireto, uma vez que se tratava de despesas pagas por terceiro, os quais são proibidos<sup>1</sup>.

Face ao exposto, conclui-se que não foi respeitado o disposto no art.º 16.º, n.º 1, alínea c) e no art.º 15.º, n.º 3, ambos da L 19/2003.

Salientamos que, quanto à constituição do fundo de maneio, a candidatura não forneceu qualquer explicação.

**2.2. Donativos depositados em data posterior ao prazo legal (Ponto 4. da Secção C. do Relatório da ECFP)**

<sup>1</sup> Cfr. Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 19/2008, 567/2008 e 744/2014.



Foram identificados donativos depositados na conta bancária da Campanha, no montante total 2.300,00 Eur., com data ulterior ao último dia da Campanha eleitoral (1.500,00 Eur. em 28/01/2016 e 800,00 Eur. em 29/01/2016).

A L 19/2003, no art.º 16.º, n.º 4 (atual n.º 5), determina que os donativos podem ser depositados na conta bancária de Campanha até ao 3.º dia útil subsequente ao último dia de Campanha, ou seja, neste caso, até ao dia 27 de janeiro de 2016.

***Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:***

***4. Donativos Depositados em Data Posterior ao Prazo Legal***

*R: Como referido, o depósito realizado foi para reforço da conta da campanha para pagamento de despesas.*

*Como podem ainda verificar, as datas das últimas faturas coincidem com o último dia útil da campanha, dias imediatamente seguintes, e com a consequente reduzida equipa, mais a “azáfama” normal das tarefas da campanha, não foi possível esses mesmos depósitos mais cedo.*

***Apreciação do alegado pela Candidatura:***

A ECFP analisou a resposta da **Candidatura**, bem como a justificação apresentada, entendendo, no entanto, que a “azáfama” não é argumento que possa ser aceite como legitimando o incumprimento descrito.

Face ao exposto, verifica-se uma violação do disposto no n.º 4 (atual n.º 5) do artigo 16.º da L 19/2003.

**2.3. Eventual donativo em espécie de pessoa coletiva (Ponto 5 da Secção C do Relatório da ECFP)**

Nos termos do disposto no artigo 16.º, n.º 1, alínea c), as atividades de campanha eleitoral só podem ser financiadas por “Donativos de pessoas singulares apoiantes das candidaturas à eleição para Presidente da República (...)”.



As Contas da Campanha incluem como receita (e despesa) o montante de 1.500,00 Eur. referente à produção de tempos de antena. A cedência foi gratuita, tendo a candidatura procedido à respetiva valorização.

A doação em espécie encontra-se suportada por uma declaração da sociedade HYpercube / Filénio – Produções 3D, Unip. Lda., com o NIF [REDACTED] e assinada pela Gerência (Marco Filénio Vieira Neiva).

***Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:***

*5. Eventual Donativo em Espécie de Pessoa Coletiva.*

*R: Reafirmamos que o donativo em espécie foi realizado por uma pessoa singular, com o nome de Marco Filénio Vieira Neiva, contribuinte fiscal nº [REDACTED]*

*E os valores enviados em Agosto de 2016 foram indicativos e apenas porque nos foram solicitados! Em nosso entender não poderá ser considerado um donativo em espécie de uma pessoa coletiva apesar de utilização de alguns dos meios para produção do direito de antena.*

*A título de exemplo, sem querer ironizar a questão, quando pedimos a um carpinteiro para compor um armário, partimos do pressuposto que ele tem e vai aplicar as ferramentas adequadas para a tarefa, mesmo que seja a título gratuito. Digamos que é um favor de amigo.*

*Este exemplo aplica-se a este caso. O Marco Neiva é um amigo do candidato, que ofereceu os seus serviços por amizade, e nada mais. Esta questão parece-nos confusa.*

*O facto ainda de ter usado uma folha timbrada da empresa não corresponde a um donativo em espécie de uma pessoa coletiva.*

***Apreciação:***

A ECFP analisou a resposta, bem como a documentação existente e considera que a situação em concreto configura um donativo em espécie de pessoa coletiva já que o administrador da





empresa usou os meios técnicos e humanos da empresa para produzir os tempos de antena, como resulta claro da declaração inicial e da valorização do intitulado donativo em espécie, o que desde logo inviabiliza o argumento da **Candidatura**, de que se tratou de um donativo de pessoa singular.

Esta situação configura, na verdade, um donativo em espécie de uma pessoa coletiva, proibido por lei nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da L 19/2003.

### 3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, a pronúncia do Candidato, o teor do Parecer e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (art.º 43.º, n.º 1, da LO 2/2005).

São as seguintes as irregularidades apuradas:

- a) Existência de despesas eleitorais pagas por terceiros. Donativos indiretos (ver supra, ponto 2.1.), em violação do art.º 16.º, n.º 1, alínea c) e art.º 15.º, n.º 3, ambos da L 19/2003;
- b) Donativos depositados em data posterior ao prazo legal (ver supra ponto 2.2.), em violação do artigo 16.º, n.º 5, da L 19/2003;
- c) Donativo em espécie de pessoa coletiva (ver supra, ponto 2.3.), em violação do n.º 1 do artigo 16.º da L 19/2003.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no art.º 44.º da LO 2/2005.



Notifique-se, nos termos do n.º 3 do art.º 43.º da LO 2/2005.

Lisboa, 4 de setembro de 2019

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

José Eduardo Figueiredo Dias

(Presidente)

Mariana Oliveira Paixão

(Vogal)

Carla Curado

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)